

DECRETO No 6.856, DE 25 DE MAIO DE 2009

Regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112,
de 11 de dezembro de 1990 - Regime Jurídico
Único, dispondo sobre os exames
médicos periódicos de servidores.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições
que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,
e tendo em vista o disposto no art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de
dezembro de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º A realização dos exames médicos periódicos dos
servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional,
de que trata o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro
de 1990, observará o disposto neste Decreto.

Art. 2º A realização de exames médicos periódicos tem como
objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em
função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças
ocupacionais ou profissionais.

Art. 3º Os servidores regidos pela Lei no 8.112, de 1990,
serão submetidos a exames médicos periódicos, conforme programação
adotada pela administração pública federal.

Parágrafo único. Na hipótese de acumulação permitida de
cargos públicos federais, o exame deverá ser realizado com base no
cargo de maior exposição a riscos nos ambientes de trabalho.

Art. 4º Os exames médicos periódicos serão realizados conforme
os seguintes intervalos de tempo:

- I - bienal, para os servidores com idade entre dezoito e
quarenta e cinco anos;
- II - anual, para os servidores com idade acima de quarenta e
cinco anos; e
- III - anual ou em intervalos menores, para os servidores
expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento
de doença ocupacional ou profissional e para os portadores
de doenças crônicas.

Art. 5º Os servidores que operam com Raios X ou substâncias
radioativas serão submetidos a exames médicos complementares
a cada seis meses.

Art. 6º A administração pública federal poderá programar a
submissão dos servidores à avaliação clínica e aos exames laboratoriais,
a seguir especificados, bem como a outros considerados
necessários, a seu critério:

- I - avaliação clínica;
- II - exames laboratoriais:
 - a) hemograma completo;
 - b) glicemia;
 - c) urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS);
 - d) creatinina;
 - e) colesterol total e triglicérides;
 - f) AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO);
 - g) ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e
 - h) citologia oncótica (Papanicolau), para mulheres;
- III - servidores com mais de quarenta e cinco anos de idade:
 - oftalmológico; e
 - IV - servidores com mais de cinquenta anos:
 - a) pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico);
 - b) mamografia, para mulheres; e
 - c) PSA, para homens.

Parágrafo único. O exame de citologia oncótica é anual para
mulheres que possuem indicação médica e, caso haja dois exames

seguidos com resultados normais num intervalo de um ano, o exame poderá ser feito a cada três anos.

Art. 7º Os servidores expostos a agentes químicos serão submetidos aos exames específicos de acordo com as dosagens de indicadores biológicos previstos em normas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou pelo Ministério da Saúde.

Art. 8º Os servidores expostos a outros riscos à saúde serão submetidos a exames complementares previstos em normas de saúde, a critério da administração.

Art. 9º Compete à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - definir os protocolos dos exames médicos periódicos, tendo por base a idade, o sexo, as características raciais, a função pública e o grau de exposição do servidor a riscos nos ambientes de trabalho;

II - supervisionar a realização desses exames pelos órgãos e entidades da administração pública federal;

III - expedir normas complementares à aplicação deste Decreto;

e

IV - estabelecer procedimentos para preservação do sigilo das informações sobre a saúde do servidor, restringindo-se o acesso apenas ao próprio servidor, ou a quem este autorizar, e ao profissional de saúde responsável.

Parágrafo único. Os dados dos exames periódicos comporão prontuário eletrônico, para fins coletivos de vigilância epidemiológica e de melhoria dos processos e ambientes de trabalho, sendo garantido o sigilo e a segurança das informações individuais, de acordo com o previsto em normas de segurança expedidas pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 10. As despesas decorrentes desde Decreto serão custeadas pela União, com recursos destinados à assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, nos limites das dotações orçamentárias consignadas a cada unidade orçamentária.

Art. 11. Os exames médicos periódicos, a cargo dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, serão prestados:

I - diretamente pelo órgão ou entidade;

II - mediante convênio ou instrumento de cooperação ou parceria com os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional; ou

III - mediante contrato administrativo, observado o disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições legais.

Art. 12. É lícito ao servidor se recusar a realizar os exames, mas a recusa deverá ser por ele consignada formalmente ou reduzido a termo pelo órgão ou entidade.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 25 de maio de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Paulo Bernardo Silva